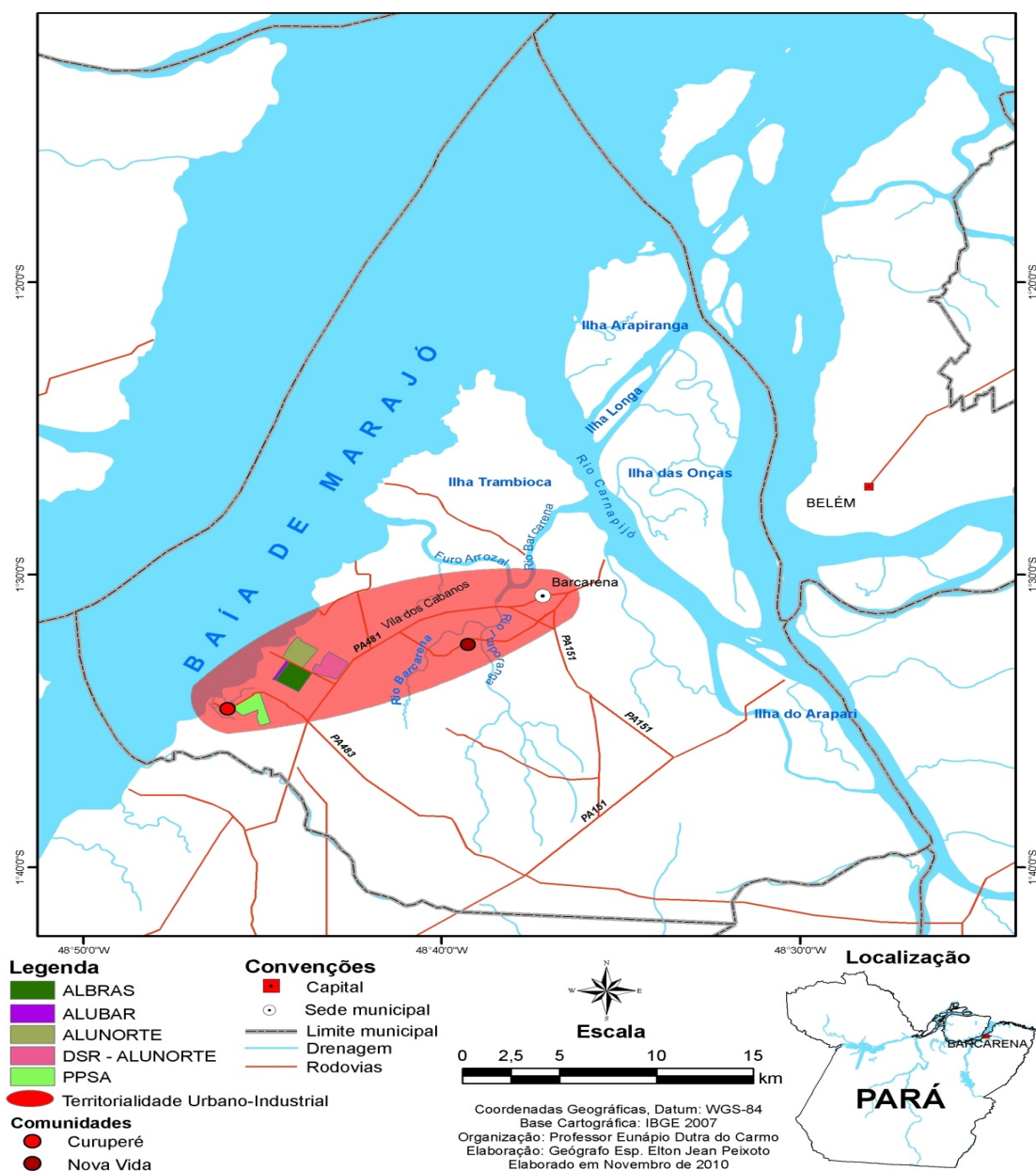


3. Barcarena e a dinâmica social do território

“Barcarena está toda retalhada”. Este relato do Leonardo Furtado do Carmo, (agricultor com ensino médio) que há dois anos preside o STRB, retrata a dinâmica social vivida no município com relações de poder envolvendo poder público, empresas, comunidades e movimentos sociais/ong’s. É a compreensão desse contexto com suas repercussões para os deslocamentos de comunidades pré-existentes que será o foco deste capítulo. Voltando a fala do presidente, podemos perceber que era feita referência, a grosso modo, às três grandes áreas do município: área industrial, núcleo urbano e a área rural que envolve as ilhas, como ilustra o mapa.



Mapa 3 - Mapa do município de Barcarena

As áreas industrial e urbana se complementam e nelas estão as empresas de mineração (ALBRAS, ALUNORTE, PPSA e YMERIS) e a Vila dos Cabanos, espaço que foi construído para abrigar os funcionários das empresas e que hoje é ocupada também por outros moradores. As empresas receberam apoio do poder público (Prefeitura e Estado) e estão, cada vez mais, próximas de ações políticas que estruturam projetos de parceria. Estas áreas compõem a territorialidade urbano-industrial forjadas nas relações econômico-políticas em curso no município. A área rural e as ilhas formam o entorno e representam os espaços mais afastados do centro industrial, onde se concentram as comunidades e os

grupos sociais tradicionalmente ligados às atividades de pesca, agricultura e extrativismo. Essas populações locais, de um modo geral, recebem apoio e assessoria de movimentos sociais e ONG'S que atuam no campo democrático-popular, denunciando e viabilizando alternativas coletivas junto a esse quadro social. Algumas comunidades também mantêm relações com as empresas na medida em que estão participando de projetos de responsabilidade social, cujo enfoque é nas áreas de educação, cooperativismo e empreendedorismo.

A divisão sócio-econômica e espacial explica também o movimento de articulação no campo de disputa e articulação entre estes atores. A configuração territorial do município revela a atuação das forças sociais que se territorializaram a partir de interesses coletivos. Este campo reforça a representação social do “retalhado” a que se referiu Leonardo do Carmo. Segundo os dados do IBGE, a população do município é de 92.567, tendo 56,11% deste total habita na zona rural, que é o retrato na região de Tocantins¹ (IBGE, 2007), e 43,89% vivendo na área urbana. Para a população urbana do município os equipamentos públicos são mais presentes, o que pode estar relacionado com a presença das empresas na área industrial. Para ilustrar a força das empresas, que compõem o pólo industrial de Barcarena, elas foram responsáveis por dados significativos: a) Barcarena colaborou, em 2009, com o volume financeiro de US\$ 2.278.681.051 para a balança comercial do Estado do Pará (PARÁ, 2010), que foi de 11.687.606,81 b) A receita orçamentária do município, em 2008, foi de R\$ 160.687.681,70, sendo a maior na região do Tocantins e do próprio Estado (PARÁ, 2010). No caso da população rural, a situação é diferente. Os equipamentos públicos são mais escassos, com agravante para as áreas de educação, segurança e transporte. A população vive do trabalho do extrativismo e da agricultura, basicamente da extração do açaí e outras frutas assim como da produção de farinha que são comercializadas na “beira da estrada” e na feira do centro. Além da produção doméstica e para a comercialização, muitas pessoas se ocupam de atividades sazonais (“bicos”), outros atuam no mercado informal, tendo que se deslocar para os núcleos urbanos a fim de garantir as vendas dos produtos e serviços. Estas populações passam a se organizar politicamente e criam condições de reação,

1 A região de Tocantins é formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajaru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (PARÁ, 2010).

apesar das dificuldades e contradições, que apontam rearranjos nas relações de poder.

As forças sociais em disputas “retalham” o município e representam divisão de poder econômico e das condições sociais presentes na região. As disputas são responsáveis por tensões, contradições e conflitos, mas também por negociação, cooptação e mediação. É nessa perspectiva, que entendemos o processo de industrialização na Amazônia, em que Barcarena é um exemplo emblemático. É nesse contexto que ocorrem as transformações da paisagem social e ambiental do município. As comunidades formadas por ribeirinhos e pequenos agricultores vêm não apenas a inserção do território na economia globalizada, com a exportação dos produtos da região, mas também assistem e reagem à destruição do seu *habitat* historicamente construído: o ecossistema amazônico. O território passa então a ser disputado, situações de conflito se instalam. E o resultado tem apontado, não obstante a organização, mobilização e resistência política, para o deslocamento compulsório de comunidades e grupos sociais, seu enfraquecimento e até mesmo o seu desaparecimento, como também a sua grande politização para continuarem a (r)existir (ARAÚJO e COSTA, 2007), utilizando estratégias como a ampliação da formação como é o caso da CNV. Nessa correlação de forças estão presentes comunidades, movimentos sociais, prefeituras, empresas e Estado (representado pela SECTAM e CDI). E eles “retalham” o município com suas estratégias e formas de atuação.

As forças sociais que disputam num confronto político o uso do território possuem distintas abordagens que podem ser sintetizadas em duas dimensões: a econômica e a sócio-cultural. A primeira é de caráter financeiro e de expansão de mercado ligados à produção, a logística e aos custos de transporte, correspondendo aos aspectos de produtividade e competitividade das empresas nacionais e transnacionais. O modo de produzir é o foco no uso do território em que os espaços e os recursos nele contidos são meios de produção numa relação material entre sociedade e natureza. Nessa abordagem se encontram as empresas nacionais e transnacionais e alguns setores dos órgãos públicos.

Na dimensão sócio-cultural, forjada nas redes de relações complexas, o território é visto como patrimônio social e cultural. Nesse caso, o território é espaço de abrigo, produção, cultura, aprendizagem, identidade, relações afetivas e histórias de muitas gerações. Trata-se do ordenamento do território baseado em

relações materiais e imateriais/simbólicas entre sociedade e natureza, promotoras da cultura de grupos, valores históricos e práticas político-sociais, de cujas relações emergem saberes, posições políticas, experiências de organização social e condições de sobrevivência. Todos esses aspectos representam um dos fatores de organização e mobilização da sociedade civil amazônica diante do processo de avanço dos modelos urbano-industriais em curso na região, representada por comunidades locais, grupos sociais, movimentos sociais, Organização não-governamental- ONG's. Para estes atores, o território é o espaço de controle social e participação política.

No conjunto dessas reflexões situa-se a história recente do município de Barcarena. Contudo, é preciso considerar que todo fato histórico é sócio-cultural. Essa perspectiva é central para este trabalho e nos traz para o campo da história social que coloca o indivíduo, os grupos sociais e as situações por eles protagonizadas como importantes para compreensão de outra história a partir da realidade local produzida pelos sujeitos sociais em seus cotidianos. As leituras de Revel (1998) nos ajudam a perceber que apesar da riqueza dos estudos permanentes sobre a dinâmica econômica e as dimensões estruturais das macropolíticas da região amazônica, a prevalência e a abordagem da dimensão relacional (indivíduo e grupo) e sócio-cultural (compreensão dos significados do mundo social) nos impulsionam para outros campos de registros e formas de operar com a complexa realidade social.

É do resultado das reflexões de múltiplos contextos que se entremeiam percebidos em suas dimensões econômicas, políticas e sociais que os processos de ocupação e intervenção na Amazônia Oriental podem ser analisados. Nesta perspectiva, a Amazônia passa por transformações significativas, protagonizadas por novos atores e interesses em disputa no território. A tensão de territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2007), promovida por grupos sociais que têm interesses distintos com relação ao território, sua forma de dominação e apropriação. Não será demasiado repetir que são as comunidades locais que mais tem sofrido com essa situação de transformação, revelando, do ponto de vista sociológico, um problema com dimensões sociais e culturais (violação de direitos, violência simbólica, racismo ambiental, dentre outros) de ampla repercussão.

No plano do Estado e das macropolíticas, essas constatações vindas das realidades sociais das comunidades não ganham a mesma importância, ou são,

como ocorreu, invisibilizadas por uma escala de observação dominante em que o tempo e o espaço são ditados por questões e aspectos estruturais da economia. Numa outra perspectiva de escala microsocial, as especificidades históricas dos grupos sociais pré-existentes na região, detalhadas em seus universos sociais, organizacionais, culturais e ecológicos, podem colaborar para uma interpretação da realidade sócio-política e econômica da região, especialmente, por percebê-la no bojo das contradições sociais que são decorrentes de um longo processo histórico. Estamos com isso, marcando no “jogo das escalas” (REVEL, 1998), a abordagem micro-histórica da CNV em Barcarena, articulada e em concordância com a micro-análise em que focaremos a sua história social a partir dos seus sujeitos coletivos, seus modos de vida/cultura, estratégias de aprendizagens, conhecimentos e formas de organização para entender a dinâmica desses processos e suas relações com as abordagens macro da região.

Há duas pautas que ajudam a compreender uma parte significativa do campo empírico e do atual contexto de Barcarena: 1) os novos arranjos espaciais e as dinâmicas sociais que emergem, simultaneamente, com o processo de industrialização na Amazônia; 2) a reorganização e o deslocamento de comunidades preexistentes para o entorno, situando-o na nova configuração sócio-política como parte da tríade espaço de extração mineral, área da empresa e periferia (entorno), como espaços que se completam e são indivisíveis. Apresentá-los numa perspectiva integradora trará contribuições para a análise empírica em questão.

3.1. O encontro-choque entre empresas transnacionais e comunidades locais

Os novos arranjos sócio-espaciais e as disputas que acompanham as dinâmicas sociais emergentes são resultados históricos do processo de avanço do capitalismo na Amazônia, representado pela industrialização na região. As políticas de desenvolvimento concebidas pelo Governo Federal, na década de 70 e 80, foram determinantes para esse processo, cujo resultado estruturante está na reestruturação sócio-espacial e reordenamento histórico-cultural da região amazônica (CASTRO, 2001; COELHO et al, 2001 e MONTEIRO & COELHO,

2004). Estes novos arranjos sócio-espaciais na Amazônia obedecem a uma nova fase do processo de desenvolvimento capitalista que se instala nas décadas de 70 e 80 do século XX. São resultantes deste processo, a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos e a construção de infra-estrutura apropriada para os novos empreendimentos (hidrelétrica, porto, rodovia e vila operária). A lógica dos processos econômicos marcados pela eficiência, produtividade e competitividade (CASTRO, 2001), em marcha desde a década de 90, tem alcançado mercados até então não inseridos nessa nova dinâmica capitalista, como é o caso da Amazônia. Assim sendo, o padrão capitalista de produção se expande para áreas de notável potencial de produção, obedecendo também à mudança do sistema produtivo em sua organização e o fator de mercado instalado. Soma-se a isso o fato decisivo de que com a globalização (expansão das relações de mercado e avanço tecnológico e informacional), o sistema capitalista avança na direção de concentração e centralização do capital, contando com ações em áreas diversas como competição interempresarial, estratégias de mercado, novos padrões de gerenciamento e mudanças no mundo do trabalho (CASTRO, 2001). Todas essas questões imprimem ao Estado e à sociedade civil formas de atuação e de disputa presentes no jogo das correlações de força e dos interesses postos na região.

Desse ponto de vista, nos interessa a perspectiva que vê a Amazônia em suas dimensões social, política e cultural. É neste contexto que podemos falar em Amazônia(s). Apesar de um esforço para sua homogeneização que está atrelada a visão da região como espaço apenas de produção econômica, nos interessa pensá-la, como espaço múltiplo e diverso. Neste caso, o espaço amazônico corresponde a:

(...) um conjunto de situações, instituições, mecanismos e modos de ser e de fazer, que definem não apenas um complexo de estruturas como as conjunturas sucessivas em que se expressam. Há, assim, um quadro físico-territorial que é, na maior parte, um dado da natureza, porém cada vez mais resultante da própria ação do homem nela. Há 'espaço econômico', dentro do qual se movimentam os agentes econômicos, indivíduos, grupos, empresas e governos. Há um clima sócio-cultural que é grandemente importado, através da transferência de hábitos que constituem a bagagem cultural do conquistador, mas que também sofre a interferência do meio-ambiente encontrado, e da forma como este reage sobre aqueles hábitos. Faz parte desta importação todo um conjunto de andaimes políticos, que procuravam organizar a vida em sociedade e se expressam em um sem número de instituições de toda natureza (MENDES, 2006, p. 202).

A expressão Amazônia(s) quer fazer referência à multiplicidade de modos de viver e suas implicações para realidade social da região. Sobre o tema, é

importante considerar os argumentos de Porto-Gonçalves quando trata do assunto em questão. Para ele:

Há a Amazônia da natureza dessacralizada, pobre de espíritos. Ali o PIB é maior. A força do rio não está no fluxo livre. Ele foi barrado. A energia foi capturada e destinada aos complexos minero-metalúrgicos com as linhas de transmissão atravessando regiões cujas casas se iluminam com lampiões e velas (...). Há uma Amazônia da mata e há uma Amazônia desmatada. Nessa há uma Amazônia do pasto, geralmente do latifúndio, mas também outra, a do camponês que planta. Há uma Amazônia que mata. Há uma Amazônia que resiste, que ‘r-existe’. Há uma nova imagem da Amazônia que fala do conflito e da violência. Que denuncia o desmatamento e o perigo para o equilíbrio do planeta. Há várias Amazônias na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si. É essa Amazônia de múltiplas comunidades indígenas, caboclas, ribeirinhas, extrativistas, negras remanescentes de quilombos, de mulheres quebradeiras de coco de babaçu, de migrantes recém-chegados que, tal e qual o migrante de ontem, se vê desaparelhado culturalmente para viver com ecossistemas extremamente delicados e complexos a serem descobertos (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 10).

Assim, quando se fala de Amazônia é preciso estar atento para sabermos de que Amazônia estamos falando, tendo em conta que os diferentes agentes que atuam na região, ou por ela se interessam, tentar propor/impor a *sua* visão do que seja a verdade da região como sendo *a* verdade da região. Esse jogo de verdades é parte do jogo de poder que se trava na e sobre ela (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 17).

Em consonância com essa percepção, Castro (2010) na apresentação dos anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia – Norte 2010, denominado “Amazônias: mudanças e perspectivas para o século XXI”, assim explica a expressão:

Optamos por utilizar o termo Amazônia no *plural* Assim, *as Amazônias*, em função da sua diversidade de formação social, de suas diferenças étnicas, culturais, políticas, econômicas e identitárias. Essa afirmação tem a ver com os resultados de pesquisas realizadas pela sociologia na Amazônia há quase meio século, se tomarmos como referência a formação de cursos de ciências sociais e o início da pesquisa sistemática, bem como produzida em outras instituições de pesquisa do país, e por aquelas localizadas nos demais países com região amazônica (CASTRO, 2010, p.7).

O território é “espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, et al., 1996, p.18). Daí porque a função social do território é processual e determina a posição dos atores sociais que dele dependem e por ele travam conflitos sócio-políticos. Na Amazônia, essa constatação é possível. As razões passam pelos vários registros e comprovadas modificações na paisagem físico-social e humana. A disputa pelo território revela formas diferenciadas de significá-lo e dar-lhe conteúdo, trazendo à tona os interesses das forças políticas ligadas às economias empresariais, ao poder público e à sociedade civil. A reestruturação sócio-espacial em vigência é em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado pelo

Estado nacional que visou, de forma estruturante, a promoção da região à reorganização econômica global. A utilização do espaço amazônico nesta perspectiva, como estratégia de integração com o lugar-global, via empresas transnacionais, principalmente as minero-industriais, afetou socialmente as populações nativas com atuação histórica em comunidades locais.

Verifica-se que estes empreendimentos, obedecendo a “ideologia da modernização”², foram implantados cumprindo uma agenda internacional, sendo instalados por decisão e aval do Estado em comum acordo com os segmentos industriais, que representavam a elite do país. Assim, indústrias de beneficiamento (siderúrgicas, minero-metalúrgicas e eletro-intensivas) e usinas hidrelétricas foram implantadas em áreas localizadas estrategicamente, em função da matéria-prima essencial para esse tipo de industrialização, tendo sérios riscos sócio-ambientais.

Do acúmulo das reflexões e com base nas pesquisas já desenvolvidas (MONTEIRO & COELHO, 2004; COELHO et al, 2005 e MONTEIRO, 2006) é possível afirmar que há pressupostos territoriais que orientaram a implantação dos grandes projetos³ que são: o aproveitamento dos recursos naturais e a localização da região em termos de logística de transporte marítimo. Ambos vistos como estratégicos para o desenvolvimento regional, mas paradoxalmente, são limitados os benefícios gerados para a região e sua população, representando muito mais uma síntese dos mecanismos de ampliação da reprodução do capital, atingindo níveis internacionais.

Nesse contexto, o município de Barcarena foi um dos mais atingidos em função da sua localização estratégica e proximidade com a área de escoamento de produção. Tal processo foi decisivo para a inserção da região no mercado nacional e internacional, de acordo com a ótica da classe empresarial e política e de alguns segmentos da academia⁴. Essas políticas acompanharam a tendência mundial do

2 Essa ideologia está expressa nos planos nacionais de desenvolvimento para a região, atrelados ao pressuposto que trariam desenvolvimento e bem-estar para sociedade que os acolhessem.

3 Empréstamos de Becker a noção utilizada para o termo grandes projetos. Para a autora um grande projeto é caracterizado pelos seguintes aspectos: “1) pela escala gigante da construção da mobilização de capital e mão-de-obra; 2) pelo isolamento, implantado-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; 3) pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; 4) pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não-qualificada” (BECKER, 1991, p. 63-64).

4 Espaço compreendido como a porção leste da Amazônia Legal, incluindo os Estados do Pará, Amapá, Tocantins e o oeste do Estado do Maranhão.

Estado de interventor na economia o que justificaria a integração da região ao mercado e atenderia às exigências da ideologia da modernização. Com relação ao mercado, a região passou a integrar, definitivamente, à economia nacional e mundial, com a exploração dos recursos minerais e no que diz respeito à ideologia moderna de desenvolvimento (progresso), percebeu-se uma nova racionalidade ditadas pelas mudanças do sistema produtivo e expansão de mercado. Resulta dessas mudanças o fato do município de Barcarena ser considerado como distrito industrial, em função da proliferação de indústrias que compõem a cadeia produtiva do alumínio, acompanhada de um sistema avançado de gestão. Isso fez com que novos arranjos espaciais aparecessem, produzindo novas dinâmicas sociais que são simultâneas e inerentes ao processo de industrialização na Amazônia.

O município de Barcarena está entre os municípios amazônicos que mais modificam a paisagem físico-humana da região e isto decorre, da instalação de empreendimentos econômicos de caráter empresarial. São projetos de infraestrutura, de extração e beneficiamento mineral, que impuseram nova organização no processo de ocupação do território. Iniciados na década de 70, esses projetos trouxeram uma dinâmica social pautada pela disputa e controle do território e seus desdobramentos sócio-políticos, econômicos, culturais e ambientais, correspondendo a um marco significativo na história recente de Barcarena, um dos municípios em grande expansão na Amazônia Oriental⁴.

A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de se considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; e em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor – redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2004, p. 76).

Para além da posição geográfica e da organização jurídico-administrativa, os municípios constroem trajetórias próprias, considerando as suas histórias, seus eixos de produção, as relações históricas dos seus atores sociais, suas articulações políticas e as suas opções de gestão e implementação de políticas públicas. Todos esses aspectos apontam singularidades que marcam essas trajetórias, contudo estão também relacionadas com outras dinâmicas de âmbito nacional e global, o

que, metodologicamente, nos faz operar com a noção que supera a idéia de considerar o município apenas como unidade administrativa, mas problematizá-lo como eixo de uma complexa rede de relações sociais, políticas, técnicas e informacionais, circunscritas na dinâmica da sociedade. Por essa razão, entende-se que a história de Barcarena tem alcance na interação local-global, que vai da vida em sociedade à produção da economia numa dinâmica que aciona diversidades de modos de vida que tanto podem estar voltados à racionalidade da produção capitalista, como à racionalidade das populações e comunidades locais ou na tessitura de complementariedade entre elas. Trata-se do território amazônico, suas fronteiras, singularidades e sociobiodiversidade.

A expansão econômica e os impactos sócio-ambientais no município são resultados da implantação das empresas transnacionais de mineração na região, desde o regime militar na década de 70, com os programas de desenvolvimento. Essas empresas transnacionais possuem como racionalidade econômico-estratégica a interface exploração dos recursos naturais e acumulação de capital, cuja base era e é o crescimento econômico regional. Elas foram responsáveis por mudanças históricas na ocupação e reordenaram o espaço para atender a dinâmica do sistema capitalista na Amazônia. Para Becker (1995), o paradigma sociedade-natureza era de “economia de fronteira” em que a noção de progresso estava associada à combinação crescimento econômico, prosperidade e infinitude dos recursos. Para efetivação do crescimento econômico baseado na economia de fronteira era necessário garantir o controle político (atuações diretas com prefeitura e o Estado) e promover a discriminação cultural (desvalorização do modo de vida rural e ribeirinho dos grupos sociais preexistentes) como condição de retaguarda para o avanço do crescimento e que modificaram a cena amazônica.

A expansão das indústrias extrativas e de beneficiamento de minérios na Amazônia, subjugou grupos sociais e populações locais, colocando-os em condições de profundas desigualdades sociais, desterritorializando-os num processo sistemático de perda dos seus territórios para as grandes empresas, combinada com (re)territorialização destes grupos e populações impactadas em outros espaços, com dificuldade de adaptação e de sobrevivência. Evidencia-se que a expropriação do território representa a negação de sua sociobiodiversidade, seu modo de viver e produzir.

Sob o tema, assim analisa Monteiro e Coelho (2004, p. 103):

Com base numa avaliação de que dinâmicas decorrentes da estruturação da sociedade local eram responsáveis pelo atraso da economia regional e, ao mesmo tempo, que os atores sociais seriam incapazes de se converterem em elementos propulsores de processos de desenvolvimento regional, os governos militares decidiram ‘ocupar’ a Amazônia, atraindo para a região o empresariado ‘inovador’ do Centro-Sul ou mesmo do exterior. Estabeleceu-se, assim, um ‘modelo de desenvolvimento amazônico’, sob a responsabilidade de um Estado que desempenhou o papel de promotor/indutor do crescimento econômico, promovendo a industrialização especialmente concentrada em alguns pontos da Amazônia, particularmente do Pará. Ao induzir a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais presentes no Estado e na região.

Em Barcarena, as empresas fazem uso do poder econômico para atuarem junto às comunidades com projetos diversos (econômico, ambiental, cultural, educacional, social, dentre outros) sendo um dos aspectos mais divulgados como responsabilidade social. Tais iniciativas possibilitam, em alguns casos, a cooptação de comunidades, que passam a não participarem de atividades ligadas aos movimentos sociais. Leonardo (2010) fez um destaque para essa discussão quando pontuou: “As comunidades ficaram sob o controle da lógica da empresa (...). Existe uma política de assistencialismo muito grande”. Ele aponta esta situação como uma das razões para a diminuição da contribuição sindical, na medida em que, os projetos das empresas são voltados para uma lógica empreendedora e urbana, diferente da vocação rural que é histórica no município, mesmo aqueles voltados para as áreas social e ambiental são díspares da realidade das comunidades e querem imprimir outros conceitos e racionalidades. É bem verdade que, a relação empresas e comunidades foi ampliada, mas na mesma proporção aumentou a dissemetria nessa relação marcada, em muitos casos, pela solicitação por parte das comunidades.

A esse respeito Azevedo (2004) estudando a experiência de relação das empresas ALBRAS e ALUNORTE com as comunidades, aponta que os critérios utilizados para atendimento das comunidades (atendimento a associações ou grupo de pessoas, geração de renda e previsão orçamentária da empresa) estão relacionados com a visibilidade dessas ações e também do retorno previsto com as mesmas. São estas condições que reforçam a política de relacionamento das empresas com a comunidade. O depoimento do presidente do STRB exemplifica as dificuldades do sindicato com as comunidades, especialmente, depois da instalação de projetos sociais nas comunidades promovidos pelas empresas

mineradoras. Dessas práticas é possível perceber o esvaziamento político nas relações empresa e comunidade, como aponta Azevedo (2004). Para a autora, essas relações são clientelistas que marcam as relações de poder nas sociedades locais. Contudo, há outras reações e posições no conjunto dessas comunidades, que numa perspectiva mais autônoma e politizada instigam relações mais horizontalizadas para reivindicação dos seus direitos sociais.

3.2. As comunidades e o entorno: espaço de desigualdade, mobilização social e disputa política

As comunidades na Amazônia são formadas por séculos de miscigenação entre tribos indígenas, caboclos, negros e imigrantes. Foram esses grupos sociais que ocuparam, cada um a seu modo de vida ligado a um processo sócio-cultural historicamente constituído. No caso de Barcarena, a sua história de ocupação sempre esteve ligada às tribos indígenas e, posteriormente, aos caboclos. A população local aqui referida remonta ao século XVIII predominantemente indígena, tendo o tupy como língua falada (CRUZ, 1945). No levantamento bibliográfico feito identificamos duas tribos indígenas: os Aruãs e os Martiguras.

A história de ocupação de Barcarena é oriunda da política de controle do território amazônico promovida pelo governo português de Marquês de Pombal no século XVIII. A tônica da política era a colonização, povoamento e defesa do território, daí a utilização das estratégias das missões e da construção de fortins nos locais de concentração de população indígena (MACHADO, 1989). Registros apontam que os missionários Franciscanos de Santo Antônio atuaram nas missões de Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas. Em se tratando da Ilha de Marajó, há indícios que Barcarena foi vila ou aldeias na ação desses missionários, que além da doutrinação religiosa, havia o caráter geopolítico de promover os “descimentos” dos índios para formação de aldeias. As ações político-territoriais desses missionários colaboravam para a localização de fortes e posições estratégicas, promoviam as aldeias em vilas e formavam pequenas cidades para abrigar colônias. Como observa Machado (1989): “a malha municipal formada na trilha das fortalezas e aldeamentos em decorrência da interiorização dará origem aos municípios a partir do século XII”

Nas décadas de 1940 e 1950, o município de Barcarena ainda guardava traços marcantes da sua origem indígena. Os primeiros grupos indígenas a ocuparem o município foram os Aruãs – originários da Ilha de Marajó e os Martigura – da aldeia de Martigura⁵ que eram caçadores e coletores, tendo a migração constante para outras áreas como uma estratégia para garantia da sobrevivência. O fato de serem nômades colaborava para concepção de uma estrutura social mais simples que favorecessem os deslocamentos (PREFEITURA DE BARCARENA, 1999). Com o passar do tempo, as estratégias de sobrevivência passaram a ser vinculadas à permanência em áreas da floresta (aldeias sedentárias).

A agricultura familiar e o extrativismo faziam parte das atividades que integram às atividades econômicas da região. Para as populações nativas, essas atividades representam a base da economia local. No caso do extrativismo, as atividades ligadas a este segmento podem ser exemplificadas como a pesca, a caça de animais terrestres, extração da madeira, o látex, o açaí, os cipós etc e as tecnologias vinculadas a essas atividades são as “tradicionais”, consideradas por serem originárias do saber local e intergeracional (SIMONIAN, 2000). Nestes casos, os recursos naturais faziam parte do processo coletivo e orgânico da organização do espaço que se dá no entorno do “rio-várzea-floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2001). Essa forma de ocupação do espaço começa a ser mudada na década de 60 e 70, com a intervenção do governo federal na região mediante incentivos e isenções fiscais para entrada do capital nacional e internacional, apoiados em projetos de exploração mineral e de pecuária, onde o território amazônico passa a ser ocupado, valorizando o modo de organização espacial baseado na relação “estrada-terra firme-subsolo” (Ibidem).

Se de um lado, o modelo de ocupação espacial em torno do “rio-várzea-floresta” estava ligado a uma organização social, baseada em atividades ligadas ao enraizamento dessas populações com a dinâmica da floresta, (PORTO-GONÇALVES, 2001), protagonizado pelos grupos sociais e comunidades locais.

5 Segundo o livro “Subsídios para um estudo da história do município de Barcarena” (PREFEITURA, 1999), com o decorrer dos anos houve a diminuição e extinção da população indígena em decorrência do avanço das ações colonialistas, dos projetos agro-pecuários e extrativos e da disputa pela terra, o que implicou na expulsão de número significativo de índios de seus habitat. Não obstante a esse processo de extinção e dispersão, os grupos indígenas buscam formas de organização, resistência e mobilização para garantirem seus direitos constitucionais enquanto etnias historicamente pertencentes ao território brasileiro.

Por outro lado, a mudança desse modelo para a relação “estrada-terra firme-subsolo” retrata a forma de ocupação da região centrada na disputa do território e dos usos dos recursos da natureza que irão imprimir impactos consideráveis a esses grupos sociais e comunidades locais, cujo encontro-choque está localizado nos “padrões ecológico-culturais que préexistiam na região” construídos no território (Ibidem) Um deles é o afastamento dessas populações da “beira do rio” para o centro urbano, no processo intenso de deslocamento e remanejamento.

As estradas passam a ser a nova estratégia de ocupação para a região, considerando que elas garantem a acessibilidade. Ao redor dos pólos industriais e ao longo dos eixos de conexão (estradas, pontes, miorotudos) são produzidas mudanças no território preexistente, onde se alteram profundamente a estrutura espacial e a demografia local (migração, mobilidade e mobilização das populações por eles atraídos), modificam as relações e as cadeias social e historicamente construídas por gerações dos povos da floresta (ribeirinhos, pescadores, agricultores, pequenos comerciantes, dentre outros), redefinindo e redirecionando “trajetórias históricas dos territórios preexistentes” (COELHO et al, 2005, p. 74), como também, gerando desigualdades sociais (concentração da renda e níveis baixos de desenvolvimento humano) e espaciais (monopólio e gestão do território).

Com base nessas constatações, observa-se que a vida social dos vários segmentos da população nativa de Barcarena foi afetada consideravelmente com a implantação das empresas mínero-metalúrgicas, que passaram a atuar no município, como também daquelas comunidades sociais do entorno do município⁶. Com o avanço da produção industrial, da malha urbana e da especulação imobiliária, cada vez mais as comunidades locais se deslocam para o entorno, como forma de resistir. Na periferia se localiza o entorno, espaço circundante que é separado da área das empresas mineradoras e da *company town* (cidade de companhia), o qual é ocupado por uma população que não trabalha na empresa e nem mora na *company town*. Nas palavras de Coelho et al (2002) fica

6 A área do entorno corresponde às diferentes áreas adjacentes da estrutura fábrica-vila-porto do complexo ALBRAS/ALUNORTE, são elas: 1) O Distrito Sede – área ribeirinha de ocupação tradicional (...); 2) Vila Nova do Piri – área de capoeira desmatada, e também ‘desapropriada’ com finalidade de assentamento (...); 3) Laranjal – periferia leste do núcleo urbano, próximo ao rio Murucupi, no trajeto para São Francisco (...) e d) Colônia do Bacuri – assentamento agrícola [com diversos lotes] e e) Vila do Conde – localidade de moradia tradicional de pescadores .

evidente que o papel do entorno, na geografia desigual da região, compõe a formação de um modelo que possui uma estrutura social e espacial regional.

O entorno é o espaço externo ou marginal às áreas de mineração, que, por sua vez, constituem-se territórios fechados implantados em meio à floresta. O entorno se distingue não só por sua posição geográfica ao redor do centro, mas também pela dispersão de sua população e pelas atividades predominantemente rurais (COELHO et al, 2002., p. 138).

A relação da empresa com entorno avança sempre quando há necessidade de expansão do projeto de mineração na região, delimitando territórios e regulando ocupação, provocando tensões e negociações permanentes, ou seja: o entorno é o espaço de lutas das forças sociais presentes. Por isso, que o entorno assume uma conotação sócio-política a ser considerada. Importa dizer que essa análise coloca a tríade espaço de extração mineral, área da empresa e periferia (entorno) como espaços que se completam e são indivisíveis, e não espaços distantes e dicotômicos, onde as relações de poder se interpenetram, mostrando que a relação entre eles, além de ser a razão de suas existências, é fundamental para uma linha de análise metodológica importante para as pesquisas na área. O que Coelho et al (2002) chamaram de “lógica das interrelações estruturais entre centro e periferia”:

O entorno é revelador das contradições e conflitos entre grupos sociais num determinado espaço. As divergências se dão em torno das disputas deliberadas pela delimitação de territórios, uso do patrimônio ambiental, localização da infraestrutura e pelo desenvolvimento econômico. (COELHO et al, 2002, p. 147).

Isso faz com que a relação da empresa com o entorno se materialize em condições de uso da terra, como afirma os autores. Por outro lado, o entorno também pode ser visto como “fonte de inovação”, por estar nele o espaço de maior atuação dos movimentos sociais. Prosseguem os autores:

[o entorno] é local da diversidade, mas também fonte de perigo e de ameaça para o centro. É o centro objeto de preocupação quanto ao controle e a vigilância. Isto quer dizer que, quando conflitos e tensões ganham importância, os sujeitos da periferia se organizam ou são organizados pelos movimentos sociais que coordenam e dão sentido às ações sociais. (Coelho et al, 2002, p. 161).

No entorno se localizam também as comunidades ribeirinhas formadas por pescadores e pequenos agricultores, que foram remanejados através da política de desapropriação. A reestruturação sócio-espacial significativa sofrida em Barcarena atinge diretamente a população nativa da região, haja vista que foram desinstalados de seu *habitat* por uma política de desapropriação das famílias, que viviam na área do projeto de mineração das empresas. Isso fez com que os

sujeitos da comunidade sofressem um intenso processo de desterritorialização, cujo efeito mais direto é a modificação do modo de vida da população local.

Podemos, desse modo, compreender que o conjunto articulado dessas transformações, ocorridas em Barcarena, corresponde a dinâmicas territoriais produzidas: pelas estratégias de modernização do mercado, pela reestruturação dos municípios amazônicos, pelos desdobramentos do crescimento urbano, diretamente relacionados aos impactos da implantação de empresas de extração e transformação mineral. Também corresponde: a forma de atuação dos vários segmentos sociais que se cruzam, confrontam, aproximam, negociam interesses em espaços de relações e contato próprios, resultante deste processo.

A ideologia do progresso e da modernização, com sua essencialidade do novo, colocou em cheque o modo de vida preexistente e impôs a subjugação das populações locais (índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco) que têm uma relação orgânica e emocional com o ecossistema amazônico. O encontro-choque se justificava pelo etnocentrismo que impulsionava as ações assimilacionistas, sobretudo quando esses grupos sociais e comunidades locais são vistos como inexistentes (“vazio demográfico”), sem conhecimento (“vazio cultural”), atrasados e preguiçosos. E, na verdade, eles respondem por uma outra dinâmica social e cultural que não está centrada na racionalidade mercantil.

Essas populações passam a ser classificadas como tendo modo de vida “tradicionais”, por estarem pautadas em outras temporalidades históricas e configuradas em outras formas de territorialidades e ainda por terem modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais com saberes e fazeres diferenciados da racionalidade capitalista (ARAÚJO e COSTA, 2007, p. 94).

(...) aqueles que não conseguem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. As outras formas de ser, outras formas de organização da sociedade, as formas de conhecimento são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas, e são situadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade, o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade (ibidem, p. 94-95).

No caso bem particular do leste da Amazônia, o resultado dessa ideologia do desenvolvimento e sua racionalidade instrumental foram os impactos sócio-ambientais dos grandes projetos na região (HÉBETTE, 2001). O mapeamento e os debates a cerca desses impactos têm sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas que, de maneira bem geral, sinalizam dois agentes sociais em permanente disputa:

empresas transnacionais e comunidades locais. Esse quadro assume hoje determinado arranjos sócio-políticos que precisam ser visibilizados, como o papel desses agentes sociais, a forma de comunicação estabelecida e a racionalidade imprimida. Nos deslocamentos compulsórios, esses aspectos são exacerbados, por ser um dos maiores impactos sociais do processo de mineração em Barcarena.

Os deslocamentos compulsórios são analisados, por Almeida em interface com a ideologia do desenvolvimento: “o deslocamento forçado de ‘alguns’ torna-se imperioso para que se possa produzir o ‘bem estar de todos’” (ALMEIDA, 1996, p. 467). Ainda, continua o autor, os danos são simplificados, visto que, podem ser compensados financeiramente com reparos materiais. Desta feita, é importante, não naturalizar os deslocamentos como transferência necessária, sem problematizar suas medidas coercitivas e seus desdobramentos sócio-culturais. Assim, o autor compreende deslocamento compulsório como

(...) conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação, imemorial (povos indígenas) ou datada (camponeses), mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996, p. 467).

Em se tratando de Barcarena, espaço considerado fronteira industrial e contexto que ambienta esta pesquisa, o quadro destes deslocamentos é emblemático por se tratar de uma área estratégica, historicamente, para o sistema da empresa Vale e ser também uma área de grande concentração de comunidades de ribeirinhos, pescadores e de pequenos agricultores rurais, além da expansão de ong's e movimentos sociais que atuam no município

Podemos então, diante destas considerações, analisar porque os deslocamentos são vistos como naturais para as empresas, parecendo que os mesmos estejam sob controle na região. O que, por outro lado, comprova o quanto o Estado foi omissos diante desses embates, assumindo uma postura de resistência e autoritária diante da mobilização da sociedade civil, não negociando com as comunidades e organizações sociais (COELHO et al., 2001). Logo, a territorialidade dos grandes projetos é excludente social e espacialmente, na medida em que desterritorializa comunidades locais dos seus contextos sócio-cultural e ambiental, modificando sua estrutura social e cultural. São impactos de ordem produtiva relacionados com a perda de plantações, roças, criações, além de

impactos emocionais e afetivos, considerando os laços simbólicos e culturais com o lugar, com muitas seqüelas para a história de vida dessas comunidades.

Ao longo de quatro séculos [1616, data a fundação da primeira povoação fundada pelos portugueses na Amazônia] perdeu-se, gradativa, mas persistentemente, a identidade original do homem e os referenciais da vida anterior, face aos sucessivos e constantes choques culturais. Hoje, o homem da Amazônia procura reconstruir, sem cessar, uma nova identidade e uma nova forma de vida que lhe possibilitem harmonizar uma nova cultura com a conservação da natureza, os benefícios e o usufruto do progresso técnico e científico do mundo moderno (MAGALHÃES, 2002, p. 109).

As comunidades ribeirinhas que foram remanejadas com a expansão industrial em Barcarena são fragmentadas e tiveram suas culturas e identidades transformadas. Viveram momentos de tensão com as empresas mineradoras, como também momentos de negociação com as mesmas. Contudo, ainda possuem ligações fortes com um passado recente e dessas memórias são produzidas novas estratégias de reterritorialização. Na dinâmica de contato com os novos territórios, essas comunidades se reatualizam, mostrando que, para continuar existindo precisam buscar e inventar formas. Neste processo, se aproximam de outras organizações e associações potencializando os conhecimentos e práticas da comunidade. Elas passaram a se organizar, mobilizar, resistir, criar novas dinâmicas sociais em novos territórios.

Essa realidade foi vivida pela CNV. Em se tratando de entendê-la enquanto comunidades, podem ser apontadas três grandes fases: a) Montanha (até 1992): comunidade formada por pescadores e pequenos agricultores que tinham relação social, orgânica e emocional com o modo de organização espacial em torno da várzea-rio-floresta, compreendendo o universo ribeirinho em seus valores, processos de conhecimento e de tradição indígena, escrava e cabocla, onde seus modos de vida e sua produção tem uma relação direta com os seus valores, normas e regras, atendendo sua organização social e cultural; b) Curupeté (1993-2003): comunidade expropriada de seu espaço originário por meio de deslocamento compulsório, com seus membros tendo que se adaptar aos desdobramentos ocorridos devido ao processo de industrialização na Amazônia, que aponta uma nova configuração baseada no modo de organização espacial, estrada-terra firme-subsolo, o que faz a comunidade iniciar um intenso processo de formação sócio-política fruto de sua interação com o sindicato e entidades sociais, pautando suas ações no âmbito da organização e mobilização social e da

resistência política; e c) Nova-Vida (2004 até os dias atuais): comunidade como sujeito político constituída por trabalhadores autônomos, professores, aposentados, costureiras, empregadas domésticas, biscateiros, mas que foram pescadores, e pequenos agricultores, que têm marcas profundas da sua história de exclusão social e, ao mesmo tempo, compreendem as contradições deste processo como lições aprendidas que devem objetivar novas ações na luta por cidadania, traduzidas hoje em emprego e posse da terra.

Estes processos sociais com seus cenários históricos e um forte simbolismo, situam o contexto de discussão do trabalho na dimensão sócio-cultural, principalmente por entender que a produção social e cultural de uma comunidade de pequenos agricultores (Comunidade Nova Vida) é considerada como espaços educativos de socialização de práticas e produção de saberes. Situada em áreas de intensos impactos sócio-ambientais no distrito industrial de Barcarena (Pará), a Comunidade vem sofrendo, desde 1993, processos de deslocamentos implicando em rebatimentos diretos para suas unidades familiares que se estruturavam, historicamente, enquanto grupo social, organizando-se com base no trabalho da pesca, da produção da roça e da coleta de frutos para subsistência, agora tecem novas estratégias de existência, redesenhando sua cultura e identidade, buscando fortalecerem-se enquanto sujeitos políticos.

O conhecimento desses processos e as dinâmicas sociais inerentes a eles são centrais para compreender, como se constituiu o aprendizado em movimentos tão intensos e tensos de organização social, modo de produção e disputas políticas em área de industrialização em Barcarena.